



Superior Tribunal de Justiça

Ofício n.º 877-15/GP – STJ

Brasília, 20 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
Brasília-DF

Junte-se ao processo do
PLS
nº 414, de 2015.
Em ____/____/____
[Assinatura]

Assunto: Novo CPC – Admissibilidade – PLS 414

Senado Federal
À Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o mui cordialmente, sirvo-me do presente para pedir prioridade na tramitação do Projeto de Lei do Senado n.º 414, de autoria do Senador Blairo Maggi.

O mencionado Projeto de Lei trata do regime de admissibilidade recursal, previsto na Lei n.º 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), matéria de extrema relevância para esta Corte Superior de Justiça e que implica na melhoria da prestação jurisdicional à sociedade brasileira.

Assim, diante da iminente vigência do Novo Diploma Processual Civil, que ocorrerá em menos de sete meses, solicito o empenho de Vossa Excelência na inclusão do PLS n.º 414/2015 como “Pauta Prioritária”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Respeitosamente,

Recebido em 13/02/2016
Hora: 12:00 Roberta
Roberta Romanini - Matr. 268395
CCJ-SF

[Assinatura]
Ministra Laurita Hilário Vaz

Presidente do Superior Tribunal de Justiça em exercício

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.
PLS Nº 414 DE 2015
fl(s). ____



SENADO FEDERAL
Presidência

Brasília, de agosto de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 877-15/GP – STJ	Superior Tribunal de Justiça	solicita prioridade na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 414/2015 de autoria do Senador Blairo Maggi. (Pauta Prioritária).
Ofício 71/15	Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo	trata da Proposta de Emenda Constitucional nº 80 de 2015 e opina que o referido projeto não deve prosperar pelos motivos que expõe
Ofício nº 197/2015-PRESI/DIGER	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	manifesta apoio ao PLC N. 28/2015 que trata da recomposição salarial dos servidores do Poder Judiciário da União.
Ofício nº 015/2015-GAB	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	solicita revisar o despacho oferecido pela Secretaria Geral da Mesa desta Casa, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014 (PLC 50/2014).
Ofício nº CIRC – 45/2015	Câmara Municipal de Caxias do Sul	encaminha Moção nº 36/2015 de apoio à imediata aplicação da Lei Complementar 148 que trata de critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estado e Municípios.
Ofício Pres. Nº 26940/2015	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	requer um Voto de Pesar pelo falecimento do Reverendíssimo Presidente das Assembleias de Deus no Estado de Alagoas, Pastor José Antônio dos Santos (José Neco), ocorrido dia 24 de julho do ano em curso.
Ofício PR/DL 422/2015	Câmara Municipal de Jundiá	Encaminha Moção nº 214 de Apelo para ao Congresso para aprovação de leis mais rígidas e eficazes para processar, julgar e punir os responsáveis por crimes de trânsito e Ofício PR/DL 426/2015 de 11/08/15 - Encaminha Moção nº 221 de Apoio ao PL 8.256/2014.
Ofício nº 00716/2015-SG	Câmara Municipal de Pirassununga	Encaminha Moção nº 214 de Apelo para ao Congresso para aprovação de leis mais rígidas e eficazes para processar, julgar e punir os responsáveis por crimes de trânsito e Ofício PR/DL 426/2015 de 11/08/15 - Encaminha Moção nº 221 de Apoio ao PL 8.256/2014.
Documento sem Numero	Vanessa Grazziotin	solicita chegar às mãos do Presidente Renan Calheiros a proposta de inclusão na Agenda Brasil de Reforma do Contencioso Tributário Administrativo e Judicial, frutos das reuniões da CPI do CARF.

Atenciosamente,

VINICIUS LAGES
Chefe de Gabinete

Regisleide Moreira Silva
Matrícula n.º 267391
ATRSGM-Assessoria Técnica da SGM
25/08/2015
às 10:42

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.
PLS Nº 414 DE 2015
fl(s). _____



Senado Federal

Brasília, 30 de novembro de 2015

Senhora Presidente,

Em atenção ao Ofício n.º 877-15/GP-STJ, de Vossa Excelência, informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para ser juntada ao processado do PLS n.º 414, de 2015, que *"Dispõe sobre o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário ou especial e instaura o recurso de agravo de admissão, nos próprios autos, dessa decisão, alterando dispositivos da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil"*, que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,


Senador ALVARO DIAS

no exercício da 1ª secretária

A Sua Senhoria a Senhora
Ministra Laurita Hilário Vaz
Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça
SAFS – Quadra 06, lote 1 – trecho III Ed. Ministros II, 3º andar
CEP 70095 – 900 Brasília – DF

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PLS Nº 414 DE 2015

fl(s).